

Juventude, direito e políticas públicas.

**ANÁLISE DO PROJOVEM NO RIO DE JANEIRO:
SUA PROPOSTA E SEUS DESAFIOS.**

Karen Maciel
UNIRIO
Adriano Cardoso
UERJ

Resumo:

A pesquisa analisa as intencionalidades formativas presentes na proposta pedagógica de uma política pública educacional, considerada inovadora no âmbito dos pressupostos teórico - metodológicos da educação, qual seja, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e participação cidadã (ProJovem Urbano) concebido como política atual de juventude. O ProJovem em atuação desde 2005 aponta como principal finalidade da educação o resgate do jovem enquanto agente produtor de conhecimentos. Por meio do reconhecimento da juventude como fase singular da vida, pressupõe o reconhecimento de direitos (educação, trabalho, saúde, território...) como fundamentais à democratização da sociedade. Nesta perspectiva, o jovem é considerado cidadão, e tanto sua vida escolar como sua preparação para o mercado de trabalho é fundamental para inserção social. Lançado concomitante à criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, o programa é concebido como medida emergencial e experimental dada a necessidade, deste segmento, chegar ainda jovem ao Ensino Médio. Ao apresentar uma proposta curricular baseada em novos paradigmas de ensino - aprendizagem, por meio da articulação do tripé: aumento de escolaridade, qualificação profissional e participação cidadã, o programa direciona-se ao segmento juvenil de 18 a 29 anos em condições de vulnerabilidades e potencialidades sociais, valorizando sua cultura e ampliando perspectivas de inserção social por meio da formação profissional básica com vista à dimensão emancipatória possibilitada pela inserção no mercado de trabalho. Por tal aspecto selecionamos o referido programa e visamos explicitar seus avanços e suas limitações na busca por novas alternativas de processos educativos que atendam às demandas das juventudes. A pesquisa vem sendo desenvolvida a partir da formação de um grupo do Mestrado em Educação dedicado a pesquisar políticas públicas da área. A coleta de dados foi feita por meio da observação participante; entrevistas individuais em profundidade; grupo focal

gravado e transcrito. Por meio da realização de entrevistas com os sujeitos deste processo, buscamos levantar o perfil dos jovens atendidos, bem como conhecer a percepção dos principais atores do processo educacional, quais sejam: educadores e educandos. Neste sentido, a análise do programa em questão se coloca como fundamental na perspectiva de refletirmos sobre os desafios da efetivação dos direitos da juventude. Assim, o presente artigo busca discutir sobre a constituição das políticas públicas de juventude no Brasil, consideradas recentes no âmbito da Educação, analisando num segundo momento a concretização do ProJovem Urbano no bairro da Praça Seca, área urbana, zona Oeste do Rio de Janeiro. Por fim, esta análise levanta os desafios enfrentados para efetivação do referido programa, tendo em vista a compreensão das demandas desses sujeitos no âmbito dos processos educativos e de suas reais efetivações.

Palavras chaves: Juventudes, ProJovem Urbano, Processos educativos.

1. Políticas públicas e juventude

A população jovem representa hoje, segundo dados da última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/2010 mais de 1/3 da população total brasileira, o que a coloca como segmento fundamental para o desenvolvimento do país. Ocorre, que ainda assim, os jovens ao funcionarem em cada tempo e lugar, conforme nos chama atenção (Novaes, 2007) como o *espelho retrovisor da sociedade*, acabam por condensar os dilemas do momento atual e refletir suas profundas desigualdades sociais, políticas, culturais, econômicas e de gênero.

O que representa do ponto de vista das políticas públicas para as juventudes¹, enorme desafio para seus formuladores e gestores, principalmente, por apontar como necessidade básica um olhar mais apurado e que compreenda as reivindicações juvenis (em suas pluralidades). O que se traduz na necessidade da criação de políticas abrangentes, intersetoriais e específicas, para atender a pluralidade das juventudes existentes (DAYRELL, 2003).

Percebemos que, apesar desta percepção acerca do papel fundamental da juventude e dos dilemas que esta incorpora, não tem sido suficiente a ponto de colocar as juventudes como prioridades das políticas públicas educacionais. A análise do relatório do Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA (2010) nos permite apontar que a comunidade internacional, já no início do século XX, reiterava esforços na tentativa de inclusão desta temática na agenda de todos os países.

O referido relatório aponta que com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 desencadeou-se uma série de convenções internacionais e a criação de diversos documentos² que se colocaram como recomendações fundamentais para a juventude e que nasceram do propósito de resguardar os grupos considerados mais vulneráveis socialmente, economicamente e culturalmente, naquele momento, a saber: mulheres, crianças, negros, deficientes e jovens violados em seus direitos fundamentais.

¹ Na literatura de referência sobre a juventude é consenso a utilização da nomenclatura juventudes, em seu plural, dado a percepção das diferentes formas de vivência da condição juvenil, atrelada as singularidades de condição social, etnia, religião, etc.

² Os documentos mencionados dizem respeito às declarações apresentadas pela Assembleia Geral, como também aos documentos resultantes das conferências organizadas pela ONU, específicas no que tange aos direitos da população jovem. Para maior aprofundamento, verificar a publicação "Direitos da População jovem: um marco para o desenvolvimento-2ª ed. Brasília: UNFPA- Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

“Essas convenções, além de reconhecerem necessidades e reivindicações próprias desses segmentos e situações específicas, estabelecem a obrigatoriedade dos Estados membros implementarem políticas públicas que considerem as diferenças e reduzam as desigualdades”. (UNFPA, 2010, p. 28).

Os documentos e conferências criados tiveram impacto direto no seio das políticas, em nível internacional e acabou por pressionar as políticas nacionais. Vale ressaltar os mais importantes: a Declaração das Nações Unidas de Promoção dos ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos/1965, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas; o Guia das Nações Unidas para Planejamento em Matéria de Juventude/1985, aprovada pela Assembleia Geral durante a comemoração do Ano internacional da Juventude; o Programa de Ação da ONU para a juventude até o ano 2000 e além/1995³, aprovada pela Assembleia Geral no período de comemoração do cinquentenário das Nações Unidas; a Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude (1998), aprovada durante a realização da I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude; o Plano de Ação de Braga, aprovada durante a realização do III Fórum Mundial de Juventude, organizado pela ONU em parceria com o governo português e a Estratégia de Empowerment da Juventude de Dacar/2000, aprovada durante o IV Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, organizado pela ONU em parceria com Senegal.

Estes documentos e conferências, apontados pelo relatório pesquisado, parecem conceber a juventude em sua multidimensionalidade e foram fundamentais ao reafirmar a juventude enquanto categoria de relevância social, política, econômica e cultural. A análise da literatura de referência à temática nos leva a conceber que duas visões principais prevaleceram na elaboração destas iniciativas, a saber: os jovens como agentes de transformação, promotores da paz e desenvolvimento, como também aquela que os concebeu como vítimas das mudanças sociais, e, por isso, a necessidade de serem portadores de direitos e políticas específicas, das quais são reiteradas a sua participação na formulação e implementação destas políticas.

A percepção do jovem como sujeito de direitos, reiterou a necessidade de investimento na educação de qualidade, em políticas de inserção no mercado de

³Segundo UNFPA, esta publicação constitui o documento mais importante em atenção à juventude, identificando as áreas prioritárias a serem enfocadas nas políticas de juventude. São elas: educação, emprego, fome e pobreza, saúde, meio ambiente, uso de drogas, delinquência juvenil, atividades de lazer, meninas e mulheres jovens, participação plena e efetiva dos jovens na vida social e na tomada de decisões.

trabalho e de participação dos jovens nas discussões e decisões que os afetam, e na implementação e avaliação das políticas. Estas conferências, em maior ou menor grau já destacavam a educação “como instrumento fundamental para a garantia de participação efetiva de jovens nos processos de transformação e enfrentamento” (UNFPA, 2010, p. 37). O que subte-se que a falta de acesso à educação de qualidade em si já constitui uma das principais formas de discriminação social, uma vez que a educação é o primeiro dos direitos sociais(CURY, 2000).

Neste intuito, a partir de 1980, os organismos internacionais buscaram discussões políticas e tornaram-se referência à criação de organismos governamentais para atender a juventude em toda América Latina⁴ e que ganhou impulso no Brasil a partir da lei 8.069/90 de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁵, em 1990. O ECA aparece como marco fundamental na promoção de políticas governamentais de proteção ao desenvolvimento integral da criança e do adolescente no país, ao estabelecer parâmetros de proteção a estes no âmbito da família e do convívio social, através do poder público e de toda a sociedade. Conforme fixa o Art. 3º das Disposições Preliminares, título I

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, 1990).

Ao reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos sociais e individuais viabiliza, associado a novas conquistas, a criação de uma política nacional de juventude que tem início somente em 2004 com a organização de um grupo interministerial composto por 19 ministérios de atuação no levantamento de programas voltados para a juventude. Neste contexto, em 2005 é instituído a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude que apresenta o Plano⁶ Nacional de

⁴ A Argentina, em 1987 cria a Diretoria Nacional de Juventude; Uruguai e Chile em 1991 cria o Instituto Nacional da Juventude; o Paraguai em 1994 cria o Vice- Ministério da Juventude; a Bolívia em 1997 cria o vice- Ministério de Assuntos da Juventude, Infância e Terceira idade e o Brasil somente em 2005 cria a Secretaria Nacional de Juventude.

⁵ O ECA cria a Justiça da Infância e Juventude no âmbito dos poderes judiciários estaduais, além de mecanismos de proteção judicial e extrajudicial de interesses individuais, coletivos e difusos das crianças e adolescentes, institui a atuação dos Conselhos Tutelares etc.

⁶ O plano é organizado por três câmaras temáticas fundamentais, quais sejam: Desenvolvimento integral que abarca educação, trabalho, cultura e tecnologias da informação; Qualidade de vida que abarca saúde, meio ambiente, esporte e lazer e Vida segura de atenção à valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos.

Juventude com duração de 10 anos, cujo objetivo é articular as diversas esferas do poder público para a execução das políticas públicas para a juventude.

Neste cenário, o plano em âmbito nacional, configurou-se como um marco importante na agenda da juventude ao prevê a criação de programas de assistência integral a estes sujeitos, por meio da garantia aos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana em sua formação integral: trabalho, saúde, educação, cultura, lazer e desportos, segurança, participação. Propiciou a criação de programas de prevenção e atendimento para jovens com deficiência; programas de prevenção e atendimento especializado aos sujeitos dependentes de drogas ilícitas e entorpecentes. Concomitante a sua criação, foi aprovada a Emenda Constitucional(PEC) nº138/2003 que dispôs sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, aprovada em julho de 2010 e que incluiu na Constituição Federal de 1988 o reconhecimento e a prioridade da juventude como destinatária de políticas públicas específicas, estendendo os direitos do Estado para este segmento, para além dos direitos previstos para a infância e adolescência.

No entanto, para além do que estes instrumentos revelaram, as políticas públicas no Brasil acabaram por se constituir, em grande medida, através de políticas assistencialistas e reparadoras que não visaram responder às reais demandas e necessidades dos jovens, mas acabaram se caracterizando por uma frágil institucionalização, tendendo a “(...) permanecer muito mais como estado de coisas do que como problemas de natureza política que demandam respostas” (SPOSITO e CARRANO, 2003, p.17).

Rua (1998) assinala que as demandas⁷ da juventude ao permanecer no *estado de coisas* não encontraram resoluções, por meio das políticas, dos desafios enfrentados pelos jovens. Isto porque, as políticas públicas funcionam como “(...) ações institucionais, destinadas a responder as demandas ou necessidades de reformas sociais, a ampliação dos direitos da cidadania e a promoção do desenvolvimento” (Ibidem, 2003, p. 20), comportando ampla diversidade de orientações, disputando recursos e operando conseqüentemente em “(...) diferentes definições de prioridades em face de outras políticas” (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 21).

⁷ As demandas segundo as análises de Rua(1998) podem ser concebidas através de três formas, a saber: as demandas novas, resultantes dos novos problemas e/ou atores surgidos; as demandas recorrentes, como expressão de problemas não resolvidos e as demandas reprimidas constituídas pelas não decisões, onde os problemas continuam no chamado “*estado de coisas*”.

Neste direcionamento, as ações do Estado, enquanto políticas públicas em resposta às demandas socialmente construídas, não apresentam caráter pré-estabelecido, mas são perpassadas por diversos interesses que se refletem em diversas orientações: controle social, formação de mão-de-obra, ou ainda, às que concebem os jovens como sujeitos de direitos, conforme nos explicita a análise de Azevedo (2004).

Conforme aponta Sposito (2007) *o desencadear de algumas ações públicas na segunda metade dos anos de 1990* foram em decorrência da necessidade da formação de mão-de-obra para atender ao mercado de trabalho e da percepção da juventude a partir do viés da violência⁸.

Ressaltamos que a juventude, por isso, só adquiriu status de *problemas políticos* (Rua, 1998), colocada na agenda política brasileira, em decorrência dos desafios postos que não podem mais ser *invizibilizados*, a exemplo da escassez de emprego, inadequada formação para o trabalho, violência nos ambientes urbanos desencadeados pelo aumento do número de homicídios dos jovens, principalmente negros, pobres e homens, conforme aponta o Mapa da violência 2012 e a pesquisa Juventudes Sul – americanas: diálogos para a construção da democracia regional (IBASE, 2010)⁹ – aumento do analfabetismo, uso de drogas lícitas ou ilícitas etc – sobretudo nas periferias, comunidades populares, e em localidades afastadas dos grandes centros urbanos, comerciais e econômicos.

Todos os desafios citados são reflexos do intenso processo de abandono com que se depara historicamente as classes populares, e principalmente os jovens, como grupo mais afetado pelas transformações contemporâneas. Hoje, o desafio é fornecer mudança da situação, tratando as necessidades dos jovens pelo status de *problemas políticos* (Ibidem) como percebemos nas principais ações criadas em prol das Juventudes no Brasil, a exemplo da instituição da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do ProJovem em 2005.

Apesar da desigualdade social existente no país ainda ser uma grande problemática, percebemos, pelas exposições feitas que atualmente a Juventude brasileira tem recebido maiores apoios e conquistado novos espaços. Essas conquistas ajudam a transformar o seio das políticas públicas para os jovens, tirando-as de um longo processo de estagnação, e aumentando os espaços que visam estabelecer e fortalecer os

⁸ Ligado ao assassinato do índio Galdino por jovens de classe média, em 1990 conforme nos chama atenção a análise feita por Novaes.

⁹ Publicação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2010).

diálogos com a juventude. O que é perceptível, através dos espaços construídos, retificados pela 1^a¹⁰ e 2^a Conferência Nacional de Juventude. É fundamental, registrarmos nesta pesquisa, que a 2^a Conferência Nacional de Juventude, cujo lema “Conquistar Direitos: desenvolver o Brasil” concretizou e nos mostrou que os jovens brasileiros, a despeito das inúmeras diferenças existentes de vivência da condição juvenil, estão organizados dentro dos espaços de experimentação em prol da efetivação dos direitos já instituídos.

Dentro deste contexto de maior atenção à especificidade de se pensar a juventude brasileira, enfatizamos a concretização de um programa emblemático, considerado a primeira política pública específica para a juventude brasileira, qual seja o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e participação cidadã. Neste direcionamento, no tópico a seguir buscaremos tecer algumas reflexões a partir da breve apresentação e concretização do ProJovem no bairro da Praça Seca-Zona Oeste do Rio de Janeiro.

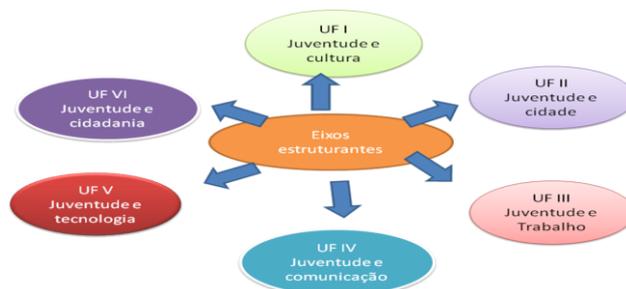
2. O ProJovem: entre discursos e realidades

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação, participação cidadã - ProJovem Urbano, em voga desde de 2005, representou um novo patamar nas políticas públicas direcionadas para a juventude brasileira de 18 a 29 anos no Brasil. A juventude entra na agenda nacional, não mais vista como problema, mas sim como sujeitos detentores de direitos. O programa ao ter como finalidade a formação integral e inclusão social desses sujeitos, se caracterizou como medida emergencial e experimental. O caráter emergencial está ligado diretamente ao público alvo que atende, dado a grande necessidade deste segmento vulnerável chegar ainda jovem ao Ensino Médio. Por sua vez, o caráter experimental, centra-se na proposta curricular inovadora que está baseada em novos paradigmas de ensino - aprendizagem, por meio da articulação do tripé: aumento de escolaridade, qualificação profissional e participação cidadã.

O currículo do programa e as concepções que fundamentam o projeto pedagógico nos permite apreender seu potencial emancipador. A proposta pedagógica

¹⁰A 1^a Conferência Nacional de Juventude, realizada em Brasília, teve como tema principal: Levante sua bandeira”. Foi considerada uma primeira iniciativa do governo federal para pensar a política de juventude junto aos jovens das diversificadas realidades brasileiras. Segundo o Documento Base da 2^a Conferência Nacional de Juventude(2011), a 1^a conferência reuniu cerca de 400 mil jovens, o que expressa um avanço bastante significativo.

foi concebida na perspectiva de promover processos pedagógicos que favorecessem a construção do protagonismo juvenil. Neste sentido, seu desenho está estruturado, a partir dos eixos estruturantes. Esta proposta interdisciplinar busca atender às diversas dimensões de vivência da condição juvenil, interconectada à sua dimensão cultural, do trabalho, da comunicação, da cidade, da tecnologia e da cidadania, conforme explicitamos na figura abaixo:



O programa, embora tenha passado por inúmeras transformações desde sua criação em 2005, sendo reformulado e expandido em 2008 e em 2011 sendo transferido da Secretaria Nacional de juventude para a orçada do Ministério da Educação (MEC) acabou por manter suas finalidades e seu desenho curricular, que tem como objetivos: “a re-inserção do jovem na escola; a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação”(BRASIL, 2005, p. 13).

Nesta pesquisa, analisamos o programa anterior ao novo formato proposto pelo MEC e portanto sua última turma, a partir da concretização desta política no bairro da Praça Seca-zona Oeste do Rio de Janeiro. A pesquisa de campo, iniciada no 2º semestre de 2011 pautada na metodologia da observação participante, das entrevistas individuais e grupais com os principais sujeitos deste processo, buscou compreender de que forma o programa atende ou não às demandas dos jovens, como principais atores deste processo educacional.

A análise dos dados coletados por meio das técnicas utilizadas no processo de pesquisa revelou, que o programa em questão de acordo com o discurso proposto nos documentos oficiais, aparece como potencialidade emancipatória para os sujeitos jovens ao articular e fundamentar-se em três dimensões fundamentais da constituição humana: educação, trabalho e formação cidadã.

No discurso oficial do programa, a educação direcioná-se à formação integral do sujeito conhecedor, por meio da exaltação do jovem como protagonista da sua própria vida. Postula-se a formação de consciências críticas-reflexivas. Desta forma,

no contexto do ProJovem, concebe-se a Educação como processo construtivo e permanente, que vai da vida para a escola e da escola para a vida, articulando conhecimentos formalmente estruturados e saberes tácitos. Tem caráter histórico e cultural, formando as novas gerações de acordo com o projeto histórico de uma sociedade e, ao mesmo tempo, promovendo a auto-realização e o desenvolvimento das pessoas (ProJovem, 2005, p. 15 grifos nossos).

Esta proposição encontra-se articulada a dimensão real. Os jovens do programa, não apenas reconhecem-se como sujeitos de direitos específicos, dada esta fase singular de formação, como também demandam com maior consciência uma formação de qualidade para a vida, onde a escola e, por sua vez, a educação deve caber na vida real, articuladas às suas necessidades concretas, nos moldes propostos por Abramo(2000). A educação na visão dos jovens está interligada à dimensão da formação social. Neste intuito, a educação é concebida como um ato político (Freire, 1996).

Outra demanda enfatizada pelos jovens e os educadores tem sua base no trabalho, na formação para o trabalho ou na qualificação profissional. O trabalho aparece como dimensão fundamental para uma vivência digna da condição juvenil e inerente à educação direcionada para a formação humana. A não-inserção no mercado de trabalho e a não-escolarização, por sua vez, aparece como mecanismo que atua no sentido de inibir o processo de formação para emancipação. Isso, porque o trabalho e educação, segundo Saviani(2007) são dimensões fundamentais na formação do homem.

Conforme percebemos no discurso oficial, o trabalho é compreendido enquanto:

espaço onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura. Na concepção do programa a qualificação profissional, considerando também a dimensão subjetiva do trabalho, remete ao desenvolvimento de habilidades, ao autoconhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa assegurar renda aos jovens participantes e leva-los à autonomia (BRASIL, 2005, p.16).

O trabalho, nesta concepção assume seu caráter histórico na relação ontológica trabalho-educação (SAVIANI, 2007) como inerente à constituição do ser humano. Ressalta – se sua importância enquanto realização humana, a partir da formação para a autonomia que vai de encontro aos preceitos da emancipação, enquanto realização plena do ser humano.

Na visão dos jovens, o trabalho, aparece enquanto demanda fundamental e urgente que precisa estar atrelado às práticas concretas de inserção desses sujeitos no mercado de trabalho e de inclusão social, garantindo sua sobrevivência e formação. O que encontra sua justificativa nos baixos níveis de renda e consumo destes jovens que

têm em comum o pertencimento à classe trabalhadora, que historicamente vêm sendo excluídos dos benefícios científicos e tecnológicos desenvolvidos na sociedade.

Segundo os depoimentos colhidos, a qualificação profissional, enquanto formação para o trabalho não tem suprido esta demanda real, que se coloca como pauta principal de diversos documentos de efetivação dos direitos da juventude, a exemplo do Documento Base da 2ª Conferência Nacional de Juventude (2011), Estatuto da Juventude (2011) e o Relatório da UNFPA (2010), Agenda para o trabalho decente (2012).

Os próprios jovens questionam sua posição no mercado de trabalho e pontuam como demanda urgente a necessidade de estar inserido nele. O que liga-se à escolarização e a certificação tão requerida pela sociedade do capital, conforme explicita o depoimento de um jovem trabalhador e de periferia do programa, para o qual “não adianta você saber fazer e não ter diploma para mostrar que sabe”.

Todavia, ressaltam como ponto positivo do programa a *noção* que aprendem com a qualificação profissional ofertada. O que, para eles, é fundamental e proporciona o aumento da expectativa de vida, sintetizado nas análises de uma jovem mãe do programa “derrepente eu estou¹¹ nessa função hoje, mas quem sabe lá pra frente eu não queira mais trabalhar ou não possa mais trabalhar com isso e dê para se especializar nesta profissão, já vou ter alguma noção”.

A *noção de qualificação* na percepção dos jovens é uma demanda fundamental, porém não suficiente para garantir a inserção social no mercado de trabalho e na sociedade. Conforme explicita a pesquisa Juventude e integração sul-americana¹²

a questão do trabalho está presente de forma contundente, evidenciando centralidade na vida dos (as) diversos(as) jovens sul-americanos(as). Diante da precarização das condições trabalhistas, do desemprego, da concentração fundiária, da mecanização, das mudanças tecnológicas e das discriminações ditadas pelo fato de serem jovens. As pessoas entrevistadas buscam oportunidades de trabalhar e se emancipar. (NOVAES, RIBEIRO, 2008, p. 6).

Neste sentido, os depoimentos dos jovens em consonância com o perfil nacional e sul americano, ratifica que a demanda premente pelo trabalho decente como pauta

¹¹ Optamos, neste pesquisa, em corrigir as falas dos atores entrevistados, garantindo a utilização de suas próprias frases, a fim de garantir a maior explicitação do real.

¹²A referida pesquisa, por meio da caracterização de situações tipo e organizações juvenis, buscou levantar as principais demandas juvenis nos países da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai realizada pelas pesquisadoras Regina Novaes e Eliane Ribeiro. Para maiores informações verificar a publicação: NOVAES, Regina Reyes; RIBEIRO, Eliane A (org). **Livro das Juventudes Sul-americanas**. IBASE: Rio de Janeiro; PÓLIS: São Paulo, 2010. Verificar também a publicação: REVISTA DEMOCRACIA VIVA Nº 38/MARÇO DE 2008.

principal das demandas juvenis no programa. A própria Agenda Nacional de trabalho decente¹³ reitera que

O Trabalho Decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Em inúmeras publicações, o Trabalho Decente é definido como o trabalho produtivo adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna (Agenda Nacional de Trabalho decente).

3.Considerações parciais e os desafios a enfrentar

A análise dos discursos oficiais e sua realidade empírica evidenciou que o referido programa pela sua proposta pedagógica de articulação do tripé: aumento de escolaridade, formação para o trabalho e engajamento social, são compreendidos enquanto garantias fundamentais para a formação integral dos jovens, bem como a percepção desses sujeitos, enquanto sujeitos de direitos plenos e, por isso, protagonistas, parece responder às demandas reais destes sujeitos.

As análises de uma política pública nos permite compreender que esta, enquanto espaço de disputa por diversos interesses postos em jogo, pontua, o que talvez poderíamos chamar de potencialidades emancipatórias. Isto, porque o ProJovem, tal como descrito em seu discurso oficial “ representa um novo patamar de políticas públicas voltadas para a Juventude brasileira, considerada em sua singularidade, diversidade e suas vulnerabilidades e potencialidades”(BRASIL, 2005, p. 6). O que, em suma, representa um enorme avanço na ação conduzida pelo Estado em prol da resolução das questões sociais.

Neste caso, o programa em foco apresentou como objetivo explícito atender aos reais anseios das juventudes perpassadas pelas contradições e dilemas da sociedade atual. Por isso, diferente do que percebemos nos programas atuais de EJA, de currículos distantes das necessidades dos jovens e de uma escola distante da vida real, ou nos dizeres de Abramo de uma escola “que não cabe na vida dos jovens”, o programa aparece como potencialidade emancipatória, tentando(no sentido de busca) responder às necessidades desta parcela.

Ocorre, que o programa ao concretizar-se, nas escolas do município do Rio de Janeiro, e por isso, de uma condição real estabelecida, depara-se com grandes entraves na concretização de sua proposta. O que parece evidenciar os limites em que se esbarra

¹³Informações retiradas do site: Agenda Nacional de Trabalho Decente: <http://portal.mte.gov.br/antd/> Acesso em 20 de Março de 2012.

uma proposta com potencialidades emancipatórias (ADORNO,1995). As desigualdades sociais e suas contradições colocam limitações concretas e simbólicas que não podemos desconsiderar quando refletimos sobre a concretização dos direitos da juventude.

O que é evidenciado pela percepção de uma jovem mãe do programa, para a qual “ não é fácil ter que estudar e ganhar dinheiro, não é fácil viver assim para a gente que é jovem e ainda mãe, ter que vim estudar”. O que ratifica os desafios colocados pelas questões simbólicas e concretas que aparecem em resposta às suas demandas fundamentais.

Este estudo nos permite compreender que embora o programa apresente em sua proposta curricular potencialidades emancipatórias de resposta às demandas juvenis, estas potencialidades tem-se esbarrado para além dos empecilhos culturais, mas encontrado limites de efetivação na realidade do espaço escolar. A realidade concreta, assim como Marx (1961) nos mostrou há milênios, estabelece, ela mesma, um campo concreto de possibilidades. Neste sentido, esta breve análise explicitou que as potencialidades emancipatórias do programa defronta-se, por sua vez, com as possibilidades históricas e concretas que acabam por delinear seus limites de concretização. O que foi evidenciado, através dos obstáculos materiais e simbólicos levantados pelos principais atores deste processo - os jovens, existentes no campo empírico, a exemplo da falta de condições estruturais da escola com bibliotecas inacessíveis, falta de laboratórios de informática, atualmente essencial para a inserção na sociedade, a falta de suprimentos básicos, como alimentação e água garantida para esses sujeitos, transporte garantido, a falta de condições básicas de utilização dos espaços, com banheiros sem qualquer estrutura(falta de luz, água, papel higiênico). Entretanto, para além do que os desafios nos colocam, devemos sempre encarar a realidade, parafraseando Antonio Gramsci(1981) com “ o pessimismo da razão e o otimismo da vontade”.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- _____.ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e trabalho**: alguns aspectos do cenário Brasileiro contemporâneo. IPEA: Nota técnica sobre o Mercado de trabalho. Nº 37, Nov de 2008.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública:** polêmicas do nosso tempo. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. **Sumário Executivo:** avaliação do Projovem, 2008-2009. Secretaria Geral, Secretaria Nacional de Juventude. –Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2010.

BRASIL, República Federativa do. Secretaria Geral da Presidência da República/Coordenação Nacional do ProJovem. **ProJovem:** Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, Qualificação e Ação comunitária. Texto integral. Brasília, março de 2005. Disponível em: <
http://www.aracti.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Documentos/projovemf> Acesso em 13 fev. 2011.

BRASIL. **Lei nº 11. 129, de 30 de junho de 2005.** Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, 2005. Disponível em HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/lei/L11129.htm. Acesso em 22 fev.2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: **cadernos de pesquisa.** n. 116, p. 252-262, julh 2000. Disponível em: www.scientificcircle.com/...qdireito_educacao_igualdade_dif. Acesso em :20. Maio. 2011.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTE. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Revista brasileira de Educação.** set/out/nov/dez. nº24, 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n2404.pdf. Acesso em : 10. Mar.2011.

_____. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: **Revista Educação e sociedade.** Campinas/SP. Vol.28.n.100 especial, 2007, p.1105-1128.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Direitos da População jovem:** um marco para o desenvolvimento-2ª ed. Brasília: UNFPA, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes; 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005c.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo: editora Abril, 1961. Coleção: Os pensadores, v. 35.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011.

NOVAES, Regina. **Juventude e Sociedade: jogos de espelhos**. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Revista Sociologia Especial-Ciência e Vida. São Paulo, out. 2007.

NOVAES, Regina Reyes; RIBEIRO, Eliane A (org). **Livro das Juventudes Sul-americanas**. IBASE: Rio de Janeiro; PÓLIS: São Paulo, 2010. Verificar também a publicação: REVISTA DEMOCRACIA VIVA Nº 38/MARÇO DE 2008.

RUA, M. G. . **Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos**. In: Maria das Graças Rua; Maria Carvalho. (Org.). **O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**. v.12, n. 34 jan.abr 2007.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; SECRETARIA – GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **2ª Conferência Nacional de Juventude: conquistar direitos, desenvolver o Brasil**. Documento base. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE: Brasília, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. Disponível em: www.anped.org.br/.../rbde05_6_06_marilia_pontes_sposito.pdf . acesso: mar.2011.